

## Apresentação

O dossiê “Mato Grosso colonial” traz contribuições de pesquisadores que tem se dedicado a investigar essa região, que no período colonial, compreendia os atuais estados de Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Rondônia. A região de Mato Grosso<sup>1</sup> foi conquistada na primeira metade do século XVIII e pertencia à jurisdição da capitania de São Paulo, que teve sua circunscrição reduzida em 1748 por causa das fundações das capitanias de Mato Grosso e de Goiás, ambas marcadas pela mineração<sup>2</sup>.

Capitania fronteira-mineira, Mato Grosso estava situada na região central do continente sul-americano e fazia fronteira com os domínios hispânicos, isto é, com o Paraguai e com as Províncias de Moxos e Chiquitos. Apesar de sua vasta extensão territorial, foi constituída por apenas duas vilas, Vila Real do Senhor Bom Jesus do Cuiabá (localizada no distrito do Cuiabá) e Vila Bela da Santíssima Trindade (situada no distrito do Mato Grosso), erguida em 1752 para ser capital da capitania. Além delas, arraiais e fortes militares foram fundados ao longo da fronteira litigiosa com o objetivo de assegurar a possessão lusitana por meio do povoamento.

Aliás, o número de habitantes na capitania sempre foi reduzido e motivo de preocupação dos governadores e capitães gerais, que além de adotarem políticas de povoamento, ainda tiveram que lidar com as fugas de homens e mulheres livres e dos escravos para os domínios hispânicos. Moradores fugiam por causa de dívidas, crimes, ou busca por melhores condições de vida e liberdade<sup>3</sup>.

Essa movimentação transformava a fronteira em um espaço de multiplicidade, de interação, de confronto e também de negociação entre os diferentes sujeitos históricos. Isto

---

<sup>1</sup> Apesar de utilizamos a expressão Mato Grosso colonial para nos referirmos a região da capitania com mesmo nome, esclarecemos que o fazemos para fins didáticos. Isto porque, no período, “o Mato Grosso” se referia ao distrito do Mato Grosso (onde estava situada a capital da capitania), que junto com o distrito do Cuiabá faziam parte da capitania de Mato Grosso. A respeito dos dois distritos ver ROSA, Carlos Alberto. “O urbano colonial na terra da conquista”. In. ROSA, Carlos Alberto e JESUS, Nauk Maria de. *A terra da conquista*. História de Mato Grosso colonial. Cuiabá: Editora Adriana, 2003.

<sup>22</sup> Sobre as áreas de mineração da Bahia, Goiás e Mato Grosso ver a coletânea LEMES, Fernando L. (coord). *Para além das Gerais*. Dinâmicas dos povos e instituições na América portuguesa: Bahia, Goiás e Mato Grosso. Goiânia, Ed. Da PUC, Goiás, 2015.

<sup>3</sup> SILVA, Jovam Vilela da. *Mistura de cores*. Política de povoamento e população na capitania de Mato Grosso. Cuiabá: Editora da UFMT, 1995.

significa dizer que havia uma sobreposição de fronteiras e de saberes, que constantemente se interpenetravam gerando situações que raras vezes permitiam estabelecer linhas precisas<sup>4</sup>.

Por sua vez, a mineração enquanto principal atividade produtiva brilhava os olhos dos moradores, mas também provocava temores, diante da possibilidade de invasões de castelhanos interessados nas minas. Enquanto a exploração do ouro levou a Coroa portuguesa a criar um aparato institucional para fiscalizar a extração do metal e assegurar a cobrança dos quintos, a exploração do diamante foi proibida durante todo o setecentos. Essas medidas nem sempre foram bem sucedidas, pois o contrabando e o descaminho foram práticas comuns e envolveram de escravos a governadores e capitães-generais<sup>5</sup>.

A mineração e a localização da capitania são aspectos importantes para compreender a constituição da sociedade e as medidas políticas adotadas pela administração portuguesa no período.<sup>6</sup> Portanto são alguns dos aspectos da história da fronteira oeste da América portuguesa que os artigos que integram o dossiê analisam.

Vanda da Silva, em seu artigo “A concessão de sesmaria na Capitania de Mato Grosso”, através dos processos de concessão de sesmaria, analisa a política de ocupação territorial empreendida pela Coroa portuguesa na região. Segundo a autora, a concessão de terras na capitania de Mato Grosso foi uma das estratégias utilizadas pelos governadores e capitães-generais para ocupar áreas de fronteiras e garantir a posse efetiva do território.

Gilian França em “Festejos a Santo Antonio em Vila Bela da Santíssima Trindade (1772-1789)” discute a festa em honra a Santo Antonio dos Militares, promovida pelo governador e membros da irmandade de mesmo nome na capital da capitania de Mato Grosso, entre os anos de 1772 e 1789. Como as demais confrarias existentes na capitania, o autor mostra como essa irmandade por meio da festa explicitava o seu lugar social no ambiente urbano da vila-capital.

---

<sup>4</sup> ARAUJO, Renata. *A urbanização do Mato Grosso no século XVIII: discurso e método*. Tese (Doutorado em História da Arte), FCSH, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2000, p. 54.

<sup>55</sup> Alguns trabalhos abordaram o tema do contrabando nos últimos anos e dentre eles a tese de David Davidson defendida na década 1970. Apesar dela não ter obtido ampla repercussão na historiografia mato-grossense vale ser destacada e retomada, pois além do conjunto de documentos consultados, o autor apresenta dados importantes para serem debatidos, inclusive sobre o comércio ilícito. DAVIDSON, David Michel. *Rivers & Empire. The Madeira route and the incorporation of the brazilian far west, 1737-1808*. Tese de Doutorado em História, Yale University, 1970.

<sup>6</sup> Sobre a produção bibliográfica referente a Mato Grosso colonial nas últimas décadas ver JESUS, Nauk Maria de. A capitania de Mato Grosso. História, historiografia e fontes. *Territórios e fronteiras*. Revista do PPGH/UFMT. Vol. 5, n. 2, 2012, pp. 93-112.

<http://www.ppghis.com/territorios&fronteiras/index.php/v03n02/article/view/168/141>

Tiago Kramer de Oliveira, no artigo intitulado “Por uma cartografia da conquista: considerações sobre as especializações portuguesas no centro da América do Sul (1718-1752)”, com base na documentação cartográfica e nos estudos sobre a história da cartografia do Brasil colonial, analisa a conquista dessa região. Para tanto, ele tem como referência os mapas: *Mapa das Monções* (c. 1720) e a *Configuração da Chapada das Minas do Mato Grosso* (c. 1750).

O distrito de Serra Acima, localizado no termo do Cuiabá, é apresentado por Divino Marcos Sena no artigo “A população do distrito de Serra acima: A capitania de Mato Grosso”. Ao analisar o mapa de população de 1809 de Serra Acima, apresenta dados sobre a população residente na localidade, que possuía várias propriedades rurais e engenhos.

Saindo do grupo de pessoas para o indivíduo, Rafael Dias da Silva Ramos em seu artigo “Vida e biblioteca de José Barbosa de Sá” apresenta a trajetória e os livros de Barbosa de Sá, considerado na historiografia regional mato-grossense o primeiro cronista da região. De acordo com o autor, a identificação dos títulos existentes na biblioteca de Sá é importante não apenas para aqueles que se interessam pela sua obra ou o contexto mato-grossense setecentista, mas também para as pesquisas em história da leitura e do livro que tem o século XVIII como foco de análise.

Abrindo a sessão de “artigos livres”, Alfa Alfa Oumar Diallo em seu artigo “Os conflitos étnicos na África” discute os conflitos na África, problematizando o fato de que apesar de levarem o rótulo étnico, eles quase não têm nada de étnico, pois são lutas para conquistar ou conservar o poder, se necessário for por todos os meios.

Sergio Paula Rosa e Alexandre Pierezan, no artigo intitulado “Concepções de poder e política no século XVI no *Institutio Principis Christianis* de Erasmo de Rotterdam”, discorrem sobre algumas das ideias políticas de Erasmo de Rotterdam presentes em um dos seus vários escritos do século XVI, a *Institutio principis christianis*.

Por sua vez, Andrey Minin Martin tece algumas considerações sobre o Salto de Urubupungá e as suas transformações no artigo “Do bravio ao progresso energético: considerações sobre Salto Urubupungá nos caminhos da história”.

Giovani José da Silva, em “Índios na história e nas fronteiras do Brasil: perspectivas comparadas entre Amapá e Mato Grosso do Sul”, a partir de pesquisas por ele desenvolvidas e de outros investigadores, tem como ponto de partida os processos vividos por determinados grupos localizados nas fronteiras do Brasil com o Paraguai e a Bolívia (Mato Grosso do Sul) e

com a França/ *Guyane* (Amapá). Ele tem como objetivo apresentar algumas contribuições aos debates sobre a presença histórica de populações indígenas em fronteiras de Estados nacionais na América do Sul e suas trajetórias.

O último trabalho da seção de “artigos livres” é de Isabel Camilo de Camargo, “A historiografia da escravidão em Mato Grosso e o escravo na lida com o gado: enfoque para a localidade de Sant’Ana de Paranaíba (1857-1974)”. Ela tem como objetivo discutir a produção historiográfica sobre a escravidão em Mato Grosso, para melhor compreender o uso do trabalho escravo na lida com o gado na localidade de Sant’Ana de Paranaíba, que pertencia à província de Mato Grosso no século XIX e era um local de passagem e parada entre as províncias de São Paulo, Minas Gerais, Goiás e Cuiabá.

Finalizando a Edição da *Fronteiras*, apresentamos a resenha do livro “Linchamentos: a Justiça Popular no Brasil”, de José de Souza Martins, resenhada por Rosiane da Cruz de Freitas e André Luiz Faisting.

Agradecemos a contribuição dada pelos autores que compõem o dossiê e a sessão de artigos livres e esperamos que a leitura dos artigos possibilite novas discussões em torno das temáticas abordadas.

*Nauk Maria de Jesus*

Profa. do Curso de Graduação e Pós-Graduação em História - UFGD